



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 31 de agosto de 2016

Número 167

ÍNDICE

PARTE C

2.º SUPLEMENTO

Negócios Estrangeiros e Educação

Gabinetes da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Adjunta e da Educação:

Despacho n.º 10783-A/2016:

Nomeação da CAP da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe 27280-(6)

Finanças e Defesa Nacional

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e da Defesa Nacional:

Declaração de retificação n.º 875-A/2016:

Retifica-se o Despacho n.º 10635-A/2016, de 23 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 24 de agosto de 2016 27280-(7)

Saúde

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 10783-B/2016:

Designa o licenciado Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. 27280-(7)



PARTE C

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EDUCAÇÃO

Gabinetes da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Adjunta e da Educação

Despacho n.º 10783-A/2016

A Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, Centro de Ensino e Língua Portuguesa, criada pelo Decreto-Lei n.º 212/2015 de 29 de setembro, teve a sua concretização material através da assinatura pelo Estado português de dois contratos de cedência de instalações e de todo o acervo material e de recursos humanos, celebrados respetivamente com a Fundação UNIR, titular do Instituto Diocesano João Paulo II, em 2 de outubro de 2015 e a direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação, titulares da Escola Portuguesa de São Tomé, em 7 de outubro de 2015, dando assim expressão efetiva ao funcionamento previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei de criação.

Para garantir o normal funcionamento da EPSTP-CELP durante o período de transição, é necessária a nomeação da Comissão Administrativa Provisória, CAP, que assegure a plena gestão da escola nas áreas administrativa, pedagógica e financeira como escola pública da rede do Ministério da Educação português.

Assim, nos termos do Decreto-Lei n.º 212/2015, de 29 de setembro e da aplicação do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, com as necessárias adaptações, o Governo, através das Secretárias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Adjunta e da Educação, determina:

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, tendo em conta as necessárias adaptações, é designada a Comissão Administrativa Provisória da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, Centro de Ensino e Língua Portuguesa, da titularidade do Estado Português, criada pelo Decreto-Lei n.º 212/2015, de 29 de setembro.

2 — Para exercer o cargo de Presidente da Comissão Administrativa Provisória é designada a Professora Manuela Maria Almeida Costeira, cujo currículo é publicado em anexo.

3 — De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo 66.º com as necessárias adaptações é designada para Subdiretora a Professora Isaura Lopes Pereira de Carvalho e como Adjunta a Professora Eva Maria Alves Carvalho, cujos currículos são publicados em anexo.

4 — Compete à CAP desenvolver as ações necessárias à entrada em pleno funcionamento da EPSTP-CELP no ano letivo seguinte ao da sua criação.

5 — À Presidente da CAP são atribuídas as competências previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 212/2015, podendo, nos termos do n.º 5, delegar nos restantes membros as suas competências.

6 — A CAP elabora no prazo de 30 dias seguidos ao início do exercício de funções, uma proposta de orçamento a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área da educação.

7 — Nas ausências ou impedimentos a Presidente é substituída pelo membro da CAP que designar.

8 — Aos membros da CAP é aplicado o n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 212/2015.

9 — Para efeitos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 212/2015, e na falta de regulamentação específica, aplica-se aos membros da CAP o disposto no Despacho Conjunto n.º 622/2000, de 6 de junho.

10 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de agosto de 2016.

31 de agosto de 2016. — A Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *Maria Teresa Gonçalves Ribeiro*. — A Secretária de Estado Adjunta e da Educação, *Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão*.

Síntese Curricular da Presidente

Manuela Maria de Almeida Costeira

Formação académica:

Especialização em Administração Escolar pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2005);

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas Francês/Alemão pela Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (1984).

Formação profissional:

Profissionalização em serviço — grupo 320 Francês — pela Escola Superior de Faro (1991).

Experiência profissional:

Professora do quadro do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas, Setúbal (desde 1992);

Técnica de Orientação, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e profissional no centro Novas Oportunidades no Agrupamento de Escolas Lima de Freitas, Setúbal (2013-2016 e 2007/2008);

Diretora em comissão de serviço do Agrupamento de Escolas Marateca Poceirão, Poceirão (2009/2013);

Presidente da comissão executiva instaladora do Agrupamento de Escolas Marateca Poceirão, Poceirão (2008/2009);

Vice-presidente da comissão executiva instaladora da Escola Portuguesa de Dili, Timor Leste (2006/2007);

Presidente do conselho executivo da Escola Secundária Lima de Freitas, Setúbal (1999/2006);

Presidente da comissão instaladora da Escola Secundária do Viso, Setúbal (1998/1999);

Presidente do conselho diretivo da Escola Secundária do Viso, Setúbal (1995/1998);

Exerceu desde 1984 funções docentes em diferentes AE/ENA com diversificadas atribuições.

Síntese Curricular da Subdiretora

Isaura Lopes Pereira de Carvalho

Formação Académica:

Mestrado em Educação na vertente Conceção e Gestão de Projetos Educativos;

Pós-graduação em Direito da União Europeia;

Pós-graduação em Direito Regional;

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1981-1986).

Formação profissional:

Profissionalização em Serviço no 1.º Grupo — Português e História (1989-1991);

Atribuição do estatuto de formador pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua para as seguintes áreas:

Didática Específica do Português;

Didática Específica de História;

Práticas de Avaliação do Rendimento Escolar;

Área Escola.

Experiência profissional:

Professora do Quadro de Nomeação Definitiva nos Açores (1986/2016);

Vice-Presidente do Conselho Diretivo (responsável pela área pedagógica) da Escola Preparatória das Velas (1988/89 a 1990/91);

Orientadora de Estágio Pedagógico — Disciplina de Português da Escola Preparatória da Calheta (1991/92);

Convidada a integrar a equipa de trabalho da Direção Regional de Orientação Pedagógica (março — 1992);

Chefe de Divisão da Direção de Formação e Inovação na Direção Regional de Educação, em Comissão de Serviço (1993/1997);

Membro da Comissão Instaladora do Centro Integrado de Formação de Professores, da Universidade dos Açores, desde fevereiro de 1993 (Despacho conjunto n.º 212 A/ME/93, *Diário da República*, II série, n.º 22, 27/02/93);

Representante da Direção Regional de Educação na Comissão Permanente dos Estágios no Departamento de Educação da Universidade dos Açores, desde 1993;

Membro da Comissão Pedagógica da Direção Regional de Educação desde março de 1994 — *Jornal Oficial* n.º 11, II série, de 15 de março;

Assessora do Reitor da Universidade dos Açores, em regime de requisição de 1997 a 2002-07-23;

Responsável pelo Gabinete de Cooperação e Programas Especiais da Universidade dos Açores (1997-2002);

Consultora da Universidade dos Açores para projetos educativos dos estabelecimentos de ensino;

Coordenadora do projeto de intervenção sociocultural «A língua e a cultura de origem: fatores essenciais para uma plena integração da Comunidade de Língua Portuguesa na realidade norte americana»;

Cofundadora do Núcleo dos Estudos Africanos da Universidade dos Açores;

Presidente do Centro de Estudos Africanos da Universidade dos Açores e da Fundação Gaspar Frutuoso;

Coordenadora do Núcleo da Lusofonia da Fundação Gaspar Frutuoso;

Coordenadora e monitora de ações e cursos de formação;

Diretora Pedagógica do Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (desde setembro de 2002).

Síntese Curricular da Adjunta

Eva Maria Alves Carvalho

Formação académica:

Conclusão da Licenciatura e Mestrado integrado do curso de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Formação profissional:

Estágio Pedagógico Integrado realizado de outubro de 2009 a janeiro de 2010 no Jardim de Infância da Timpeira (Vila Real) e na Escola n.º 5 de Vila Real, de março a julho de 2009.

Experiência Profissional:

Professora titular do 2.º ano e Diretora Pedagógica da Escola Portuguesa de São Tomé, de setembro de 2015 a agosto de 2016;

Professora de Expressão Dramática, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, nas atividades de Enriquecimento Curricular, em Vila Real (2010);

Professora Titular de Turma do Ensino Básico da Escola Portuguesa de São Tomé em São Tomé e Príncipe de 2010/2011 a 2014/2015;

Membro integrante da comissão organizadora da exposição: *A descoberta da Matemática*, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2008);

Apresentação da comunicação intitulada «Trabalho de Projeto: As plantas», realizado sob a orientação da professora Manuela Jorge no XXXI Congresso do Movimento da Escola Moderna, em Setúbal (2009);

Formação «Socorrismo para Cidadãos — Suporte Básico de Vida» — European Resuscitation Council, organizado pela Difunder Saber — Formação em Saúde, em Guimarães (2010);

Participação no III Fórum do Programa de Formação em Ensino Experimental da Ciências para professores do 1.º CEB, em Vila Real (2010);

Participação no 33.º, 34.º e 35.º Congresso do Movimento da Escola Moderna (2011, 2012 e 2013).

209839293

FINANÇAS E DEFESA NACIONAL

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e da Defesa Nacional

Declaração de retificação n.º 875-A/2016

Por ter saído com inexatidão o Despacho n.º 10635-A/2016, de 23 de agosto de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 24 de agosto de 2016, retifica-se que:

No n.º 4, onde se lê:

«Que a contrapartida referida no número anterior é liquidada com a assinatura do Auto de Cedência;»

deve ler-se:

«Que a contrapartida referida no número anterior é liquidada nos termos previstos no Auto de Cedência;»

30 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, *Ricardo Emanuel Martins Mourinho Félix*. — 31 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

209838872

SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10783-B/2016

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) procedeu à abertura do procedimento concursal n.º 648-CRESAP-07-02/16 para o cargo de vogal do conselho diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 6133/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de maio, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, aplicáveis por força do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho, e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho, e 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Considerando que, nos termos previstos no artigo 19.º da citada Lei n.º 2/2004, alterada pela Lei n.º 128/2015, o júri do mencionado procedimento concursal verificou a existência de três candidatos com mérito para constituir a respetiva proposta de designação.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos artigos 19.º, 20.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho, e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., o licenciado Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

31 de agosto de 2016. — O Ministro da Saúde, *Adalberto Campos Fernandes*.

Súmula curricular

Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo

Educação

Licenciatura em direito — 28.01.1987 — Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Seminário de Alta Direção — 2005 — Instituto Nacional de Administração.

Experiência

Advogado Associado — VC&M Sociedade de Advogados, RL — desde 11.08.2014.

Vogal Não Executivo das Águas do Centro Litoral, S. A. — desde 21.06.2016.

Deputado — Assembleia da República — de 20.06.2011 até 22.10.2015.

Diretor — Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra — de 20.05.2005 até 19.06.2011.

Vogal Não Executivo — Águas Mondego, Sistema Multimunicipal Abastecimento Águas e Saneamento, S. A. — de 7.11.2004 até 19.05.2005.

Diretor — Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra — de 1.03.2001 até 16.09.2003.

Adjunto — Governo Civil de Coimbra — de 1.09.1999 até 28.02.2001.

Presidente do Conselho de Administração — Escola Profissional da Lousã — de 1.10.1991 até 31.08.1999.

Adjunto — Câmara Municipal da Lousã — de 1.08.1987 até 31.07.1992.

Advogado — Escritório Lousã — de 1.08.1988 até 1-09-1999.

Outros cargos desempenhados

Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho.

Membro da Comissão Parlamentar de Saúde.

Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países Língua Portuguesa.

Membro Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Membro dos Corpos Gerentes da Associação Académica de Coimbra.

Sócio Fundador e Presidente da Associação de Desenvolvimento da Lousã.

Membro da Direção da Dueceira — Associação para Desenvolvimento Ceira e Dueça.

Sócio Fundador e Membro da Mesa da Assembleia Geral da União de Empresas Exportadoras da CPLP.

209839066

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750
